

CURSO: Serviço Social

TÍTULO do Projeto de Pesquisa:
**Memória Social e Prisão: reflexões sobre as políticas públicas no
âmbito da execução penal.**

TÍTULO do Plano de Estudo do Discente
Políticas sociais nas prisões: revisão de literatura e das legislações

Orientador: Lobelia da Silva Faceira

Candidato a Bolsa de Iniciação Científica: Ricardo de Lima

PLANO DE ESTUDO
(Máximo de 8 páginas)

1. Principais Objetivos

O presente plano de trabalho está articulado a pesquisa intitulada *Memória Social e Prisão: Reflexões sobre as políticas públicas no âmbito da execução penal*, que tem a proposta de analisar a prisão como esfera de produção e reprodução da estrutura social no âmbito da sociedade capitalista, considerando que as mesmas reproduzem o contexto contraditório da própria sociedade.

A Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – denominada como Lei de Execuções Penais (LEP) - é um dos instrumentos legais que normatizam os direitos e deveres dos presos, prevendo a concessão de benefícios e punições no processo de cumprimento da pena. A legislação e regras mínimas para o “tratamento” do preso no Brasil preveem que o mesmo deve ser realizado em condições, que permitam justa reparação do delito cometido sem prejuízo da integridade física, mental e social do preso. Nesse sentido, o processo de cumprimento da execução da pena previsto em lei é de cunho positivista, individualizando o crime, a pena e considerando a perspectiva de “tratamento” e de “reabilitação social”.

Para tanto, a legislação prevê o desenvolvimento de políticas sociais, que possibilitem a garantia dos direitos humanos e sociais da população carcerária, bem como o desenvolvimento das condições de retorno ao convívio social. Estando assim, os marcos jurídicos permeados pela concepção de cidadania e, contraditoriamente, por uma perspectiva positivista.

A LEP estabelece, no artigo 11, que as formas de assistência aos presos são compostas pelo direito a assistência material, jurídica, religiosa, social, educacional e à saúde; representando assim, no plano normativo uma inovação no atendimento às necessidades

sociais, jurídicas, religiosas e educacionais dos presos, sendo os mesmos considerados legalmente como sujeitos sociais e cidadãos.

Contraditoriamente, a mesma legislação que representa a ampliação dos direitos humanos, possui intrinsecamente uma concepção positivista da assistência ao preso, considerando o direito como benefício e condição necessária para a harmônica integração social dos presos.

É neste campo contraditório que se situa o objeto de estudo, que tem a proposta de analisar as políticas sociais inseridas no contexto prisional, analisando a literatura, os documentos legais e institucionais, como a Lei de Execuções Penais (LEP), o Regulamento Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (RPERJ), resoluções e portarias diversas da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do estado do Rio de Janeiro.

A temática “prisão” e, em específico, o tema sobre as políticas sociais inseridas no sistema penitenciário possui uma restrição de produções teóricas e bibliográficas, que apresentem consistência crítica e científica.

O surgimento das políticas sociais está intimamente relacionado com a relação capital x trabalho, ou seja, com as formas socialmente encontradas de enfrentamento da questão social, sendo influenciada e modificada pelas relações econômicas e pela dominação política.

O modo de produção capitalista definiu uma nova forma de relações sociais entre os homens e entre os mesmos e as forças produtivas, caracterizada pela separação entre o homem e os meios de produção, tendo como consequência a perda da dimensão e do contato com o processo de seu trabalho. Nesse contexto, a burguesia é a classe que detém os meios de produção, o que lhe dá poder econômico e político; e o proletariado, desprovido dos meios de produção, vende sua força de trabalho como mercadoria, em troca de um salário, que muitas vezes não lhe permite ter acesso ao consumo do bem ou serviço que produziu. Marx denomina esse processo como estranhamento e alienação, que o homem sofre em relação ao trabalho. Consequentemente, instala-se um antagonismo de classe, uma vez que convivem num mesmo cenário social dois segmentos com objetivos distintos, onde um acumula capital a partir da exploração do trabalho do outro, contribuindo assim, para um grau de tensão e conflitos permanentes na sociedade (Antunes, 1999).

Nesse contexto conflituoso e antagônico, a política social surge como um mecanismo utilizado pelo Estado para regular e controlar as contradições que a relação capital x

trabalho gera no campo das relações sociais, contribuindo também para a própria reposição da força de trabalho e manutenção do sistema capitalista. A manutenção da dominação burguesa propaga-se através da construção ideológica de um consenso, que garante as relações de dominação e de subalternidade entre as classes fundamentais, ou seja, a ideologia existente na sociedade capitalista é a ideologia burguesa, que transmite à população o sentimento de passividade e conformidade com a sua situação na divisão social do trabalho e da própria desigualdade social.

As políticas sociais desenvolvem-se no sistema capitalista, especificamente, a partir da Revolução Industrial como uma maneira de assegurar à população o acesso a bens e serviços indispensáveis à satisfação de suas necessidades básicas de sobrevivência, além de mantê-la enquanto mercado de consumo mínimo.

Nesse sentido, as políticas sociais definidas no texto legal da LEP representam estratégias de atendimento às necessidades básicas dos presos, no processo de cumprimento da pena, caracterizadas principalmente pela assistência material, jurídica e à saúde.

Por outro lado, as políticas sociais no cenário de execução penal efetivam ações e atendimentos necessários à perspectiva de “ressocialização”, “readaptação” e “reinserção social” dos indivíduos privados de liberdade.

A assistência social, educacional e religiosa contribui para a produção material e imaterial da vida social dos presos. Ou seja, estas assistências além de viabilizar o acesso concreto e material a diversos serviços, produzem e reproduzem ideologicamente valores, concepções, pensamentos, visões de homem e de mundo.

O acesso e efetivação dos direitos sociais e das assistências, no campo da execução penal, configuram-se como a reprodução de ideologias dominantes e de controle social ou a possibilidade de elaboração de uma cultura própria dos diversos segmentos sociais. Destacando-se o papel da educação, religião e assistência social no acesso do preso à informação, conhecimentos e habilidades imprescindíveis para o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade. Logo, as assistências – na dimensão ideológica - consistem num contexto de múltiplas contradições e num campo de luta hegemônica.

O estudo proposto (no presente plano) contribuirá para o debate teórico e produção de conhecimento sobre a diversidade e totalidade das políticas sociais inseridas nas prisões, como espaço de relações sociais, correlações de forças, criação de subjetividade, produção e reprodução da estrutura social.

Objetivo Geral

Analisar as políticas sociais no âmbito da execução penal, a partir de uma revisão de literatura e do estudo da Lei de Execuções Penais (LEP), do Regulamento Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (RPERJ) e das legislações brasileiras no âmbito da saúde, educação e assistência social, problematizando seus avanços e desafios frente ao cenário contemporâneo.

Objetivos Específicos

- Ler e estudar os principais autores da perspectiva marxista e da criminologia crítica que abordam o debate da historicidade das prisões no âmbito da sociedade capitalista.
- Estudar a Lei de Execuções Penais (LEP) e o Regulamento Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (RPERJ).
- Problematizar as políticas setoriais de saúde, educação e assistência social a partir de uma análise do texto legal e das suas restrições frente ao contexto prisional.

2. Principais Atividades

- Levantamento bibliográfico nos arquivos da Biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária, do Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (inaugurado em 31.01.2017) e pesquisas complementares.
- Mapeamento e estudo da legislação pertinente ao campo da execução penal.
- Mapeamento e estudo da legislação referente as políticas setoriais de Saúde, Assistência Social e Educação.
- Reuniões periódicas de discussão, troca de informações e planejamento sobre o desenvolvimento da pesquisa.
- Participação no grupo de estudos e pesquisa sobre privação e restrição da liberdade.
- Preparação do relatório parcial das atividades desenvolvidas.
- Organização, análise dos dados e preparação de resumos para submissão em fóruns de divulgação científica no segundo semestre de 2017 e no primeiro de 2018.
- Apresentação dos resultados parciais em fóruns acadêmico-científicos e, especificamente, na Semana de Iniciação Científica/ UNIRIO.

3. Metodologia

A pesquisa social proposta é de natureza bibliográfica, uma vez que o processo de investigação centra-se na análise das políticas sociais no âmbito da execução penal, a partir dos textos legais (Lei de Execuções Penais e do Regulamento Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro) e documentos da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (portarias e decretos). A investigação será constituída de três etapas metodológicas interdependentes:

1. Mapeamento da literatura da criminologia crítica.
2. Mapeamento da legislação no âmbito da execução penal.
3. Mapeamento da legislação referente as políticas setoriais de Saúde, Assistência Social e Educação, especificamente, dos direitos previstos nas respectivas legislações para a população carcerária.
4. Levantamento documental, com vistas ao conhecimento da memória oficial da instituição.
5. Análise da documentação.
6. Participação em grupo de estudo e pesquisa
7. Elaboração de relatório parcial da pesquisa

No processo de interpretação dos dados focalizar-se-á o estudo dos textos, leis e documentações, articulado ao arcabouço teórico da pesquisa, analisando os seguintes eixos de análise: definição das políticas sociais no âmbito da execução penal; perspectiva de acesso dos presos às políticas sociais; contradições e mediações no processo de operacionalização das políticas sociais.

4. Cronograma agosto de 2017 a julho de 2018

Atividades	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
Levantamento bibliográfico e pesquisas complementares.	x	x	x	x	x							
Mapeamento e estudo da legislação pertinente ao campo da execução penal.	x	x	x	x	x							
Reuniões periódicas de discussão e planejamento sobre o desenvolvimento da pesquisa.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Participação no grupo de estudos e pesquisa.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Organização, análise dos dados e preparação de resumos para submissão em fóruns de divulgação científica.							x	x	x	x	x	x
Apresentação dos resultados parciais em fóruns acadêmico-científicos					x							x
Preparação do relatório parcial das atividades desenvolvidas.									x	x	x	x

5. Resultados Esperados

- Conclusão do relatório parcial da pesquisa e divulgação dos resultados da mesma em diversos eventos científicos.
- Configurar base teórica e metodológica para o trabalho de conclusão do discente e bolsista de iniciação científica.
- Publicação de artigos científicos e apresentações em eventos científicos.

6. Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 6ªed., São Paulo: Cortes; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

BRASIL. **Lei 7.210 de 11 de julho de 1984** (Lei de Execução Penal).

DRAIBE, Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo – reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. In: **Revista USP** (Universidade de São Paulo), São Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir – História das violências nas prisões.** Tradução de Raquel Ramallete, 13 ed. RJ, Petrópolis: Vozes, 1987.

MINAYO, Cecília. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 10ª ed. São Paulo: Hucitec Ed.: 2007.

SÁ, Geraldo Ribeiro de. **A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade.** Juiz de Fora: Ed. da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1996.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.